

HUMILHAÇÃO. Ativista do movimento viveu momentos de terror nas mãos de policiais do Tigre

Sociólogo que teve casa invadida processará Estado

Carlos Martins exige pedido de desculpa do governador

CARLA SERQUEIRA
REPORTER

Sociólogo, Carlos Martins diz que não vai se calar. Ontem, na tribuna da Câmara de Vereadores, ele contou com detalhes como foi humilhado pela Polícia Civil na sexta-feira passada, dentro da própria residência. Ativista do movimento negro e estudante de mestrado na Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Carlos foi algemado e, na área de serviço, obrigado a ficar por quase uma hora sentado com o rosto voltado para a parede, enquanto policiais do Tigre reviravam sua casa. Ele foi confundido com bandido – e a leitura errada do endereço no mandado de busca e apreensão promoveu a invasão policial em seu lar. O sociólogo vai processar o Estado e exige pedido formal de desculpa do governador.

Quando ergueu o cadeado arrombado que agora carrega como símbolo mais recente de sua luta, Carlos Martins chorou no plenário. “A corrente arrebitada era o símbolo da liberdade negra. Agora, este cadeado quebrado

nos mostra que vivemos num Estado de milícia”, disse, enquanto relatava os momentos de medo proporcionados pela polícia de Alagoas. Ele se preparava para ir à Ufal quando percebeu barulho intenso de helicópteros. Viu que sobrevoavam baixo, ao redor de sua casa. Bateram no portão; era a polícia. Carlos se aproximou, disse que pegaria a chave do cadeado quando recebeu ordem para deitar no chão com a mão na cabeça. O portão foi arrombado. Era perto das 14h e os policiais queriam prender ladrões de um banco assaltado naquela manhã.

“Durante todo o tempo, disse que era um equívoco. Diziam para eu olhar para a parede que o pessoal da inteligência ia entrar para trabalhar. Ouvi como se estivessem montando um equipamento, nessa hora chorei, pensei que seria torturado”. Carlos, na universidade, estuda justamente os procedimentos policiais. “Perguntaram por um Gol branco, eu disse que meu veículo era um Celta preto. Falaram que havia denúncia contra mim, que procuravam um material suspeito. Repeti que era engano. De nada adiantou. Eu dizia que as algemas eram desnecessárias e estavam machucando. Mas não me ouviam”. Após 40 minutos e nada

encontrado, queriam a assinatura de Carlos.

“Pedi para tirarem a algema e eu ler o documento. Foi quando vi erros no endereço. Moro em Antares 1. No papel não especificava se era 1 ou 2. Não sei que critério usaram para escolherem a minha casa. O nome da rua não era o da minha. Pedi para pegar um comprovante de residência, um policial me acompanhou. A conta de energia provou o erro. Eles disseram que eu teria que ir até a delegacia, prestar depoimento. Perguntei se estava sendo preso, eles disseram que não, mas tive que ir na viatura. Quando saí da casa, a rua estava tomada de gente”. Na Divisão Especial de Investigações e Capturas (Deic), ele contou que tentaram justificar o erro. Às 16 horas, chegaram à delegacia de onde Carlos só saiu às 20h.

“Eles acharam que tudo ia acabar ali. Mas não me calo. De sexta-feira para cá, tenho recebido e-mails com mensagens de apoio e com relatos de pessoas que viram parentes passar pela mesma humilhação. A minha reação não é só por mim, mas por todas as vítimas desta polícia despreparada”, afirmou o sociólogo, que hoje, às 9h, participa de um ato na sede da OAB/AL, no Centro de Maceió.